

DOCUMENTO DE POSIÇÃO**ADOÇÃO DAS NORMAS IPSAS DE
CONTABILIDADE DE COMPETÊNCIA PARA
REFORÇAR A TRANSPARÊNCIA
ORÇAMENTAL E MELHORAR A TOMADA DE
DECISÕES**

Março de 2026

Enquadramento do Problema

Em grande parte de África, os governos continuam a tomar decisões orçamentais de longo prazo com base em informação financeira de curto prazo. Os sistemas de contabilidade de caixa e de caixa modificada ajudam a monitorizar a liquidez e a execução orçamental, mas não fornecem uma visão completa dos ativos controlados pelos governos, dos passivos já incorridos ou dos riscos orçamentais que se acumulam fora do âmbito da contabilidade de caixa. O resultado é uma visibilidade parcial, uma prestação de contas incompleta e um processo de tomada de decisões mais fraco.

As discussões na Conferência da AAAG de 2025 sublinharam a dimensão do desafio: muitos governos não identificam, avaliam, registam e comunicam de forma completa os terrenos públicos, edifícios, infraestruturas, arrendamentos, obrigações de concessão de serviços, pensões, garantias e outros passivos materiais. Sem essa visibilidade, os governos podem subestimar as obrigações, subvalorizar o património público e enfraquecer a sua capacidade de gerir estrategicamente o património líquido.

Contexto e Impacto

A posição de longa data da AAAG sobre a adoção das IPSAS é que África não sofre apenas de um défice de ambição; enfrenta também uma lacuna significativa no apoio à implementação. Tal como sublinhado na apresentação da conferência que acompanha este documento, a informação com base no regime de competência não deve ser vista como um exercício de conformidade, mas sim como uma linguagem operacional estratégica para a gestão das finanças públicas. Permite aos governos identificar e avaliar ativos e passivos, estabelecer registos credíveis de ativos fixos, preparar contas para todo o governo e reforçar a tomada de decisões sobre a utilização de ativos, a gestão de passivos e os resultados da prestação de serviços.

As orientações oficiais e técnicas reforçam esta orientação. A IPSAS 33 concede aos adotantes pela primeira vez um período de transição de até três anos para ativos e passivos específicos, reconhecendo que a migração requer um sequenciamento e preparação institucional. Relatórios globais recentes do Banco Mundial e da IFAC também apontam a contabilidade de exercício como um fator-chave para a transparência fiscal, uma melhor gestão fiscal e uma maior prestação de contas.

Para África, o impacto é estratégico. As IPSAS de contabilidade de exercício podem ajudar os governos a passar da simples monitorização do fluxo de caixa para a gestão da situação orçamental, do risco orçamental, do desempenho dos ativos e da sustentabilidade a longo prazo. Proporcionam igualmente uma base de informação mais sólida para a gestão da dívida, o planeamento de investimentos, a gestão responsável dos ativos públicos e a garantia de auditoria.

Soluções políticas

Para traduzir esta agenda em resultados práticos de reforma, a AAAG propõe-se a exercer um papel claro de defesa de políticas e de liderança intelectual a nível continental, defendendo prioridades centradas na implementação que ajudem os países membros a passar da adoção da contabilidade de exercício como uma ambição de reporte para a sua utilização como um instrumento estratégico de visibilidade fiscal, gestão do valor público e prestação resiliente de serviços, através das seguintes intervenções:

- 1) Estabelecer registos completos de ativos e passivos públicos. Os governos devem dar prioridade à identificação, classificação e avaliação sistemáticas de terrenos, edifícios, infraestruturas, equipamentos, património e ativos biológicos, arrendamentos, obrigações para com os funcionários, garantias, pagamentos em atraso, provisões e passivos decorrentes de concessões de serviços. Os registos devem ser atualizados continuamente, em vez de serem tratados como exercícios pontuais de reforma.

- 2) Assegurar a visibilidade fiscal em todo o governo. Os países devem avançar progressivamente no sentido de contas auditadas para todo o governo que consolidem a administração central, as autoridades locais, as entidades extrabudorárias e as empresas públicas controladas, quando apropriado. O património líquido deve ser cada vez mais tratado como um indicador fiscal estratégico, a par dos indicadores de dívida e défice.
- 3) Utilizar informações em regime de competência para otimizar o valor público. Os dados em regime de competência devem apoiar as decisões sobre a utilização de ativos, oportunidades de receitas não fiscais, gestão de créditos, reestruturação de passivos, fixação do preço das garantias e o calendário de liquidação de obrigações. Os governos não devem limitar-se ao reconhecimento e à prestação de contas; devem utilizar a informação para melhorar o desempenho fiscal.
- 4) Alinhar os sistemas, a legislação e as orientações de implementação. Os sistemas IFMIS, os módulos de dívida, os registos de ativos, a folha de pagamentos, os recursos humanos e os sistemas de reporte devem ser interoperáveis e configurados para o reporte de base de acréscimo. Ao mesmo tempo, os quadros jurídicos e regulamentares devem atribuir claramente responsabilidades, marcos e expectativas de reporte. As orientações práticas de implementação lideradas pela AAAG podem colmatar a lacuna entre as normas e a execução no dia-a-dia.
- 5) Associar a prestação de contas com base no regime de competência à prestação de serviços e à resiliência climática. As contas públicas devem esclarecer cada vez mais de que forma os ativos e passivos apoiam os resultados dos serviços e como os riscos climáticos afetam os balanços públicos. Isto ajuda a reposicionar a contabilidade, passando de uma abordagem de conformidade para uma gestão estratégica das políticas.

Conclusão

As IPSAS de contabilidade de exercício são melhor compreendidas como infraestrutura fiscal estratégica. Permitem aos governos perceber o verdadeiro custo das políticas públicas, a situação real da riqueza pública e as implicações futuras dos compromissos atuais. Para África, a próxima fase da reforma deve passar da sensibilização para as normas à implementação prática, ao alinhamento dos sistemas e à utilização aplicada da informação baseada no regime de competência. A AAAG está bem posicionada para liderar esta transição através de orientações práticas, aprendizagem entre pares e defesa de políticas que mantenham a reforma ancorada na prestação de serviços, na resiliência e na prestação de contas.

Apelo à ação

A prioridade continental imediata é passar da aspiração à aplicação: criar registos, alinhar sistemas, emitir orientações práticas, reforçar a aprendizagem entre pares e utilizar a informação de base acumulada como uma ferramenta de gestão dinâmica, em vez de um mero exercício de prestação de contas no final do ano.

Referências selecionadas

- 1) Apresentação na Conferência da AAAG: Aproveitar as IPSAS de base de competência para gerir os ativos e passivos do Estado (25 de novembro de 2025).
- 2) IPSASB, IPSAS 33 «Adopção pela primeira vez das IPSAS com base no regime de competência» / Normas IPSAS: <https://www.ipsasb.org/publications/ipsas-33-first-time-adoption-accrual-basis-ipsas-2>
- 3) Banco Mundial, Boas práticas na prestação de contas do setor público e na transparência fiscal; Relatório Global de 2024 sobre a Utilização da Contabilidade de Exercício na Gestão Orçamental: <https://cfr.worldbank.org/sites/default/files/2025-05/Good%20Practices%20in%20Public%20Sector%20Financial%20Reporting%20and%20Fiscal%20Transparency.pdf>
- 4) Materiais da IFAC sobre o setor público relativos aos caminhos para a contabilidade de exercício e aos benefícios da informação baseada no regime de exercício: <https://www.ifac.org/publications/pathways-accrual>

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTADORES GERAIS (AAAG)

Lote 488a, Lake Road | Kabulonga – Lusaka, Zâmbia | +260 958120115

info@aaag.africa | www.aaag.africa

Follow us on Social Media



AFRICAN ASSOCIATION OF
ACCOUNTANTS GENERAL

www.AAAG.AFRICA